

Escola Profissional de Capelas em “perigo”

PAULA MEDEIROS
paula.medeiros@publico.pt

“Perigo” foi um dos termos utilizados por Isabel Rodrigues, delegada sindical da Escola Profissional de Capelas, para caracterizar o clima e o estado actual da instituição de ensino, que, conforme denunciado pela delegada, durante a conferência de imprensa realizada pelo Sindicato dos Professores da Região dos Açores (SPRA), sofre de várias ilegalidades respeitantes ao horário de trabalho dos docentes contratados da escola, o que traduz “uma clara falta de igualdade perante os colegas”.

ais de 15 professores contratados da Escola Profissional de Capelas vêm-se numa situação desigual em termos de horários de trabalho, sendo que estão sujeitos a um horário de 22 horas lectivas, isto é, um horário incompleto. Esta foi uma das denúncias feitas esta terça-feira pelo Sindicato dos Professores da Região dos Açores, em conferência de imprensa, onde a delegada sindical da escola em questão, Isabel Rodrigues, caracterizou a situação como “constrangedora” tanto para os docentes, assim como para os alunos. Ao mesmo tempo que é criadora de “mau estar” em toda a unidade escolar.

Segundo a mesma, a “Escola Profissional de Capelas é um caso que tem que ser estudado”, isto porque, justificou, “esta é uma escola que tem tido problemas sucessivos e agora com os casos dos contratados” disse, ao referir-se à distribuição do serviço, assim como pelo pagamento dos vencimentos contratados na referida escola em atraso, uma vez que foram pagos após o dia 13 de Outubro

A instabilidade clara vivida na Escola Profissional de Capelas, e já exposta à Secretaria Regional da Educação a 21 de Setembro, sem qualquer resposta, fará com que, de acordo com o Presidente do Sindicato, António José Calado Lucas, se exponha o caso à Inspeção Regional da Educação.

António José Calado Lucas, e em relação ao tema, considerou “inaceitável” a situação relativa aos horários destes docentes, manifestando a sua “estranheza pela forma como foi realizada a distribuição do serviço, uma vez que alguns horários correspondiam a serviço lectivo de professores do quadro desta escola”, acrescentando ainda que “não se compreende como é que em grupos disciplinares em que se poderia distribuir um ou mais horários completos e outros incompletos, terá o órgão de gestão optado apenas por distribuir horários incompletos”.

Outras das denúncias realizadas pelo SPRA, e que já é, como disse “uma luta longa” incidiu sobre os horários de trabalho dos docentes da educação Pré-escolar, Educação Especial e 1.º Ciclo do Ensino Básico

“A instabilidade clara vivida na Escola Profissional de Capelas, fará com que se exponha o caso à Inspeção Regional da Educação”.

“Os docentes encontram-se numa situação lesiva e desigual”.



Terra Nostra

Assembleia Legislativa dos Açores. Caso SPRA não sejam resolvidos, irá para a referida Comissão de Justiça, ou, caso contrário, para o Tribunal Arbitral da Justiça. A delegada, Isabel Rodrigues, desempenha o papel de delegada sindical dos professores da escola em questão. O tema exposto na conferência de imprensa foi a situação dos professores da escola em questão, concretamente a distribuição dos serviços e as declarações de Isabel Rodrigues, que desencadeou a abertura de um processo de reclamação junto da Secretaria Regional da Educação e Formação, através do Decreto Regulamentar n.º 1/2009, que regula os aspectos negativos da situação do pessoal

incompletos diminui extraordinariamente o seu tempo de serviço e o seu ordenado. Sai muito barato, e é extremamente lesivo à região, mas é extremamente lesivo aos interesses dos professores que estão no início da carreira”, explicou.

Esta situação já fez com que vários destes docentes desistissem das suas funções, o que implicou que muitos dos alunos ficassem sem aulas em algumas disciplinas até à data.

Perante o cenário de “desorganização”, Isabel Rodrigues denunciou a falta de acompanhamento por parte da tutela tanto pela situação da escola, como pela dos docentes que se encontram numa situação “lesiva” e desigual perante todos os concorrentes para docentes da Secretaria Regional da Educação.

Petição a propor à Assembleia Legislativa Regional dos Açores estas exigências do SPRA não satisfeitas, o SPRA levará a questão à Provedoria Regional em último caso, à Secretaria Regional do Administrativo de Portugal.

A Avaliação do Desempenho dos Professores foi outro ponto levantado pelo Sindicato dos Professores da Região dos Açores, mais no que toca às recentes eleições dos partidos políticos. Isabel Rodrigues defendeu a exigência de um processo negociado com a Secretaria Regional da Educação de forma a expurgar do quadro o pessoal que lamentar a situação, tendo em conta que o SPRA considera que o processo de avaliação dos docentes